

**ACTA N.º 09/2010 – Reunião de 05 de Outubro de 2010**

- 1 -----**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**-----  
2 -----**REUNIÃO DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2010**-----  
3 -----**ACTA NÚMERO NOVE / DOIS MIL E DEZ**-----  
4 -----**COMPOSIÇÃO DA MESA:**-----  
5 - **Presidente** – João Carlos Barreiras Duarte;-----  
6 - **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício;-----  
7 - **Segundo Secretário** – Vanda Ferreira Nunes Laura.-----  
8 -----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores:-----  
9 - João Carlos Barreiras Duarte;-----  
10 - Anabela Martins Sá;-----  
11 - Alberto Carlos Nascimento Ferreira;-----  
12 - António Fernando Lopes;-----  
13 - Vanda Ferreira Nunes Laura;-----  
14 - Marcos José Vicente Proença;-----  
15 - Luis Manuel Surrador Rego;-----  
16 - Luis Francisco Campos Silva;-----  
17 - M.<sup>a</sup> Los Angeles Vinuesa Peña Oliveira;-----  
18 - Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício;-----  
19 - Maria Fernanda Faria Abreu Silva Mateus;-----  
20 - Helder José Silva Bicho;-----  
21 - Luis Manuel Biscaia Almeida;-----  
22 - Carlos Manuel Maximiano Batista;-----  
23 - Helena Maria Jesus Águas;-----  
24 - Carlos Fernando Faria Duarte;-----  
25 - Pedro Miguel Dias Lourenço;-----  
26 - Maria da Graça Romão Jesus Rua;-----  
27 - Susana Miguel da Silva;-----  
28 - Ivo Gonçalo Rodrigues Faustino;-----  
29 - Armando Salvador Maia da Fonseca;-----  
30 - António Feliciano Júnior;-----  
31 - João Manuel Gomes Mendonça;-----  
32 - M.<sup>a</sup> Norberta Ponte Ferreira Santos;-----  
33 - Nuno Diogo Fernandes Bernardino;-----  
34 - Joaquim Marcos Rodrigues Henriques.-----  
35 -----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores:-----  
36 - Presidente da Câmara Municipal José Manuel Gonçalves Vieira;-----  
37 - Vice-Presidente da Câmara Joana Isabel Pina Patuleia Figueiras;-----  
38 - Vereador Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins;-----  
39 - Vereador José Victor Ribeiro da Silva;-----  
40 - Assistente Técnico Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----  
41 -----Pelos 18:15 horas o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,  
42 declarou a sessão aberta.-----  
43 -----**EVOCAÇÃO DO CENTENÁRIO DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA:**-----

## ACTA N.º 09/2010 – Reunião de 05 de Outubro de 2010

44 -----Usou da palavra o Comissário das Comemorações Cândido Manuel Patuleia  
45 Mendes, que declarou o seguinte: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia  
46 Municipal, restantes componentes da respectiva Mesa, senhores membros da  
47 Assembleia, em representação das diversas forças partidárias e do povo  
48 bombarralense, Senhor Presidente da Câmara Municipal e restante Vereação presente,  
49 senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, Excelentíssimas entidades, senhores  
50 convidados, amigos e concidadãos Bombarralenses, Foi com elevado gosto que recebi  
51 e aceitei a proposta do senhor Presidente da Assembleia, para que hoje vos dedicasse  
52 umas palavras abordando as realidades e factos, ocorridos nesta nossa terra e  
53 antecedentes à implantação da República, acontecimento de há exactamente um  
54 século. Aproveito este ensejo institucional, para agradecer, na pessoa do senhor  
55 Presidente da Câmara municipal, a responsabilidade que aquele órgão autárquico, por  
56 unanimidade, me cometeu, ao nomear-me Comissário Municipal para as  
57 Comemorações do Centenário da Implantação da República, na organização e  
58 desenvolvimento de um conjunto de actividades que, neste dia solene, encontram o seu  
59 epílogo formal e, de entre as quais, esta se constitui no seu momento mais alto. Dada  
60 ampla difusão, pela comunicação social, da panóplia de eventos, de âmbito nacional,  
61 que precederam, foram simultâneos e posteriores à implantação da República, achei  
62 por bem focar esta abordagem nesses factos, de rica lembrança, mas detendo-me tão  
63 somente nos acontecidos no nosso Concelho. Convém recordar que, naquelas datas, o  
64 Bombarral era uma mera aldeia e sede de Freguesia do Município de Óbidos, dado que  
65 a sua ascensão a Concelho só se viria a concretizar em 1914. As repúblicas modernas  
66 evoluíram a partir da Revolução Francesa, assentes nos ideais Básicos da “Liberdade,  
67 igualdade e fraternidade”, alicerces políticos, económicos e sociais que Napoleão deu  
68 encargo aos seus militares, que foram mandados para o exterior da França, de difundir  
69 pelos países que percorreram e ocuparam. Na verdade, o imperador francês, embora  
70 interessado no domínio militar da Europa Continental, educava os seus soldados para  
71 serem agentes divulgadores dos ideais novos, difundidos a partir da Revolução  
72 Francesa. Foi este, na minha opinião, o primeiro contacto das populações portuguesas,  
73 não pertencentes às reduzidas elites iluminadas, com as novas ideias, por força deste  
74 contacto, claro que trágico, com as tropas gaulesas, durante as invasões de 1807 e  
75 1808, 1809, 1810 e 1811. A “Revolução Liberal” de 1820 marca o passo mais visível da  
76 introdução em Portugal das “novas ideias”, que consubstanciaram a instituição da  
77 nossa Monarquia Constitucional, em oposição à Monarquia Absolutista e musculada em  
78 que vínhamos vivendo. Acabava-se o domínio absoluto do Rei em relação a tudo o que  
79 se passava no país, decidindo sobre tudo, inclusivamente sobre o direito à vida dos  
80 Cidadãos. Dá-se entretanto um facto, que creio ter marcado definitivamente o cariz  
81 progressista das gentes do Bombarral, e tal aconteceu com a passagem das paróquias  
82 do Bombarral e Carvalhal, da jurisdição autárquica de Óbidos, para a do Município do  
83 Cadaval, mercê da reorganização administrativa de 1836. Este facto verificou-se por  
84 quase vinte anos, e a situação até agradou aos comerciantes e artífices locais, para os  
85 quais era importante o projecto do Cadaval, de tornar transitável a estrada do  
86 Bombarral para o Cadaval e Alcoentre, desde onde as mercadorias se dirigiam ao

## ACTA N.º 09/2010 – Reunião de 05 de Outubro de 2010

87 Carregado e, a partir daí e pela via fluvial, seguiam para Lisboa ou para a exportação.  
88 Não havia ao tempo, quaisquer ligações por estradas. Esta região vivia em plena Idade  
89 Média! Porém, o domínio dos políticos e famílias mais influentes de Óbidos e da parte  
90 mais conservadora dos aqui residentes, conseguiu que, em 1855, as paróquias do  
91 Bombarral e do Carvalhal regressassem ao antigo domínio municipal de Óbidos. As  
92 gentes mais progressistas, inteirando-se destas andanças e aproveitamento da riqueza  
93 desta área mais progressiva da região, começou a idealizar que a forma de providenciar  
94 o seu futuro estaria na elevação desta zona a Concelho, o que só teria cabimento com  
95 a mudança de regime, dado que os grandes políticos e famílias obidenses estavam  
96 profundamente integrados na lógica monárquica, então no poder. As novas vias de  
97 comunicação, como a estrada que ligou Lisboa às Caldas, por Torres Vedras,  
98 inaugurada em 1778, e os caminhos-de-ferro, que percorrem o mesmo itinerário e  
99 foram postos à disposição das populações, em 1887, abriram novas perspectivas de  
100 negócio e contactos aos bombarralenses que, naquele mesmo ano de 1887, fundaram  
101 a Associação Literária Primeiro de Dezembro de 1640, de ideologia claramente  
102 republicana. No entanto e dada a filosofia política que prosseguia, aquela Associação  
103 foi mandada encerrar, na repressão que a Monarquia moveu às estruturas  
104 republicanas, pouco mais do que um mês após a Revolução de 31 de Janeiro de 1891,  
105 ocorrida no Porto. Mas os nossos antepassados eram gente de barba rija, do vale mais  
106 quebrar do que torcer e não se vergaram: Assim em Agosto do mesmo ano, com uma  
107 nova maquilhagem, mas com os mesmos objectivos, os bombarralenses fundaram o  
108 Grémio Literário Bombarralense. O ano de 1892 permite que os Bombarralenses  
109 passem a dispor da Escola Pública e do jornal “O clamor do Bombarral”, a primeira  
110 publicação regular aqui existente. Deu-se, também neste último ano, uma situação  
111 interessante, que se torna curioso relembrar e que evidencia as divergências  
112 ideológicas aqui então existentes. Alguns músicos, de ideologia mais progressista,  
113 abandonaram a “música velha” e, juntando-se a outros elementos exteriores, formaram  
114 a “música nova” do Grémio Literário Bombarralense. Passado um ano, em 1893, os que  
115 permaneceram na desintegrada banda, apoiando-se no concurso de outros membros  
116 novos, reorganizam-na e reiniciam os seus ensaios na Sociedade Musical União e  
117 Progresso. As coisas, porém, não correram bem! Uns músicos, mais progressistas, e os  
118 outros, mais conservadores, iniciaram uma série de afrontas mútuas, acrescidas pela  
119 ironia, com que passaram a ser tratados, de harmonia com o nome dos maestros de  
120 cada uma das bandas, como os “Pinheiros” e os “Machados”. As dissensões chegaram  
121 a extremos de “vias de facto”, mas o bom senso acabaria por se impor: o interesse  
122 comum era demasiadamente grande para que continuassem a digladiar-se! Assim, em  
123 1894, as duas bandas unem-se numa só, e passaram a tocar as mesmas notas de uma  
124 mesma pauta, com a designação de Nova Filarmónica Bombarralense. Mais tarde, em  
125 Abril de 1895, instalou-se no Bombarral a Comissão Municipal de Óbidos do Partido  
126 Republicano, orientado por um grupo presidido por Casimiro da Silva Cairel, ao tempo  
127 Presidente da Câmara de Óbidos, e na qual se integravam outros bombarralenses de  
128 estofa, como Adriano da Silva Nunes, Manuel Joaquim Lima Souto, Sabino Pereira, os  
129 irmãos Pereira Bruno, Tomás e Laurindo Rosado, entre outros. Nesse momento, como

## ACTA N.º 09/2010 – Reunião de 05 de Outubro de 2010

130 em diversas alturas posteriores, o Bombarral foi visitado por altos dirigentes do Partido  
131 Republicano Português, que traziam os responsáveis locais bem informados das  
132 acções do Partido a nível nacional. Passamos agora a 1908, o ano do regicídio, para  
133 recordar que nele foi inaugurada, no Bombarral, uma das primeiras e mais activas  
134 estruturas daquele Partido, o Centro Escolar Republicano João Chagas, que viria a ter  
135 importância fulcral na mobilização das populações para a alteração de regime e em  
136 todas acções tendentes à futura elevação da localidade a Concelho. Naquele mesmo  
137 ano, Adriano da Silva Nunes foi eleito como Presidente da Junta Paroquial Republicana  
138 do Bombarral, cargo que ainda exercia na ocasião da implantação da República. Neste  
139 momento, e temendo que algum comboio de tropas, comandadas por militares  
140 monárquicos, pretendesse passar pelo Bombarral para, em Lisboa, combater os  
141 republicanos, a população ocupou a estação dos caminhos-de-ferro e desactivou a  
142 respectiva linha, nos dias 3, 4 e 5 de Outubro de 1910. Assim, diferentemente de  
143 Lisboa, que proclamou a República a 5 de Outubro, e de Almada, Moita, Montijo, Seixal  
144 e Loures, que o tinham feito no dia 4, no Bombarral, por força da presença, ocupação e  
145 defesa da estação dos comboios, esse acto só foi efectuado a 6 de Outubro de 1910.  
146 Contudo, logo alguns dos nossos antepassados, dos menos moderados, pretenderam  
147 dirigir-se a Óbidos, para de lá retirar os arquivos municipais e, trazendo-os para o  
148 Bombarral, aqui instalar a sede do concelho, no que foram desaconselhados pelos mais  
149 calmos e conscientes. No entanto, em Junho de 1911, Adriano da Silva Nunes, eleito  
150 deputado à Assembleia Constituinte, que aprovou a primeira Constituição da República,  
151 dirigiu uma carta ao general Manuel Gorjão Henriques, proprietário do Palácio Gorjão,  
152 solicitando-lhe o arrendamento daquela estrutura, para ali ser instalada a nova Câmara  
153 do Bombarral. A fogosidade dos bombarralenses era grande, no que se referia à  
154 criação do seu concelho, mas isso só viria a acontecer três anos depois! Desse modo, a  
155 24 de Abril de 1912, pela mão do deputado por Leiria, Gaudêncio Pires de Campos,  
156 entrou na Câmara dos Deputados uma proposta de lei, para que fosse criado o nosso  
157 concelho, nele se incluindo as freguesias do Bombarral, Carvalhal e Roliça. Esta  
158 instância, em Junho seguinte, aprovaria a proposta, convertida em projecto-lei. Todavia,  
159 e de harmonia com os ditames constitucionais, o projecto teve que passar ao Senado  
160 que, por força da “lei travão”, que impedia a criação de novos concelhos, se isso  
161 provocasse aumento de despesa, chumbou o documento... e voltou-se à estaca zero!  
162 O projecto teve então que regressar à Câmara dos Deputados e esta, na sua reunião  
163 de 4 de Março de 1914, dá-lhe nova votação positiva, reiterando a sua decisão de  
164 Junho de 1912. Subiu, desse modo, o documento ao Congresso da República que em  
165 18 de Março de 1914, cria finalmente o concelho do Bombarral. No dia 6 de Maio  
166 seguinte, são publicados os decretos que formalizam a constituição do novo município,  
167 sua composição, área e forma de desanexação e nomeia uma Comissão, encarregue  
168 de promover o correspondente acto eleitoral, buscar instalações para o funcionamento  
169 da futura Câmara e dar posse aos elementos da população que fossem eleitos. Assim  
170 aconteceu e, a 29 de Junho de 1914, foi empossada a primeira Câmara Municipal do  
171 Bombarral, em sequência do querer e persistência dos nossos valorosos antepassados  
172 e, com assento nesta comemoração do Centenário da República, será interessante que

## ACTA N.º 09/2010 – Reunião de 05 de Outubro de 2010

173 todos nos entusiasmos, no sentido de dar visibilidade e valor às comemorações do  
174 centenário da criação do nosso Município, para cuja celebração já não chegam a faltar  
175 quatro anos. Em homenagem a tais factos e aos nossos dedicados antepassados de há  
176 um século, lanço os seguintes “vivas”: Viva a República! Viva o Bombarral! Viva o  
177 Município do Bombarral!”. -----  
178 -----Usou da palavra o senhor Luis Rego (CDS) dizendo que “celebramos hoje o  
179 centenário de um dia em que um movimento nacional quis erguer no nosso país um  
180 regime dos cidadãos e para os cidadãos, um regime republicano. O dia da República,  
181 em que celebramos esse gesto fundador de 1910, é dia de regresso aos valores  
182 políticos permanentes em que assenta o nosso regime, para à sua luz reflectirmos, em  
183 conjunto, sobre os nossos problemas e a melhor forma de os resolver. É o dia, em  
184 suma, de exame de consciência do funcionamento das nossas instituições  
185 democráticas A 1.ª República não foi tudo o que quis ser. Nem sempre correspondeu às  
186 expectativas que gerou. Teve de lutar contra as naturais resistências à implantação de  
187 um novo regime político e enfrentou uma conjuntura internacional adversa. Mas apesar  
188 das adversidades e dos erros que hoje reconhecemos que se cometeram, o legado da  
189 República marca uma viragem na história contemporânea portuguesa que em muitos  
190 aspectos nem a ditadura inverteu. Hoje visitamos o seu legado com serenidade,  
191 distantes das polémicas que durante tantos anos dividiram facções republicanas e anti-  
192 republicanas. O tempo transforma a realidade em história e é nela que devemos  
193 procurar as continuidades e as rupturas que determinam a forma como hoje olhamos o  
194 momento presente. A curta duração da 1.ª República foi atravessada pela Grande  
195 Guerra de 1914 – 1918 confrontando o novo regime com a necessidade de formular  
196 uma política externa que clarificasse o papel de Portugal. Anos mais tarde a ditadura  
197 confrontou-se com a mesma necessidade. As respostas foram diversas. Salazar optou  
198 pela neutralidade, os republicanos optaram pela participação na guerra. Ambos  
199 procuraram, no seu modo diverso, defender os interesses dos portugueses e a  
200 integridade das colónias, interpretar as alianças históricas e procurar um lugar para  
201 Portugal no concerto das nações, como então se dizia. Uma política de isolamento ou  
202 uma política de abertura: este foi um debate importante na nossa política externa. O  
203 regime autoritário perto do seu fim, já tinha claramente percebido que a política de  
204 isolamento internacional, seguida durante décadas, não tinha futuro. Iniciou o estudo da  
205 adesão à Europa sem saber, contudo, como resolver com clareza e aceitação  
206 internacional o problema das colónias portuguesas que, desde 1961, desenvolviam uma  
207 luta armada para alcançar uma independência que o regime então negava perante a  
208 clara e inequívoca condenação da comunidade internacional. O 25 de Abril permitiu a  
209 solução desse problema e só uma corrente minoritária se opôs à política de adesão à  
210 Comunidade Económica Europeia. Ao fazê-lo a democracia assegurou aos portugueses  
211 a participação num projecto que transcende em muito o desenvolvimento económico.  
212 Os fundos comunitários foram enormes. Transformaram o país. Geraram riqueza.  
213 Permitiram a melhoria das condições materiais de vida de milhões de portugueses. A  
214 União Europeia já não é apenas e sobretudo uma comunidade económica. Já não é  
215 composta apenas por um conjunto pequeno de países, que só com a adesão de

## ACTA N.º 09/2010 – Reunião de 05 de Outubro de 2010

216 Portugal, da Espanha e da Grécia chegou à dúzia. Desde essa adesão, em 1986, em  
217 menos de 20 anos, a União Europeia transformou-se num crescente projecto político e  
218 num projecto de cidadania que envolve 25 países e que, quando se consolidar  
219 estabilizar, ficará como um marco na história da humanidade. A ideia europeia nasceu  
220 da destruição da 2.ª Guerra Mundial e, por isso, é o primeiro projecto de construção de  
221 um espaço supranacional sem recurso à guerra. Talvez, na vertigem do quotidiano, na  
222 luta contra as dificuldades individuais das pessoas e das famílias, a dimensão desse  
223 projecto pareça pequena, distante e, pior do que isso, pouco decisiva. É possível que  
224 nos inevitáveis momentos de crise porque esse projecto passou e passará no futuro,  
225 exista o instinto de questionar a sua validade e a possibilidade de alcançar os fins a que  
226 se propõe. É nos momentos críticos que precisamos de um Estado moderno e  
227 prestigiado, cuja autoridade democrática reforçada seja aceite, respeitada e entendida  
228 como garantia de que a lei é para todos e que ninguém se pode subtrair aos eu  
229 cumprimento, como é próprio de uma democracia. Precisamos de um Estado mais  
230 austero e não intrusivo na forma como gere recursos, despesas e projectos, e de uma  
231 visão estratégica que determine a ordem de prioridades dos investimentos públicos.  
232 Precisamos de aumentar a competitividade da nossa economia e a produtividade  
233 nacional. Mas precisamos, também, de reforçar as condições de governabilidade do  
234 país. Sem ela, a capacidade de vencer circunstâncias adversas, como as que  
235 enfrentamos actualmente, ou a possibilidade de introduzir reformas de fundo nas  
236 políticas públicas, fica posta em causa. O exercício do poder político tem como objectivo  
237 o bem comum e não o benefício deste ou daquele grupo de interesses e jamais,  
238 naturalmente, o proveito próprio daqueles que exercem funções públicas. É preciso  
239 coragem e um genuíno intuito reformado para opor aos interesses das corporações o  
240 interesse da população em geral e o interesse nacional. Esta é que é a ética  
241 republicana. A que coloca o serviço público acima de todos os interesses particulares.  
242 Mas para que verdadeiramente os portugueses confiem nas políticas públicas que se  
243 lhes dirigem, independentemente da forma diversa de que se revestem, têm de confiar  
244 no Estado de Direito, que supõe o controlo, a fiscalização e a separação de poderes,  
245 assim como a efectivação das leis; têm de acreditar nas instituições e, por isso, elas  
246 têm de ser transparentes, bem geridas, e eficazes na prestação do serviço público. Mas  
247 têm também de confiar no rigor ético, na autoridade moral e na credibilidade pessoal  
248 daqueles que desempenham cargos públicos. Sem isso os portugueses descrêm da  
249 República, afastam-se da participação cívica e distanciam-se do sistema político.  
250 Aqueles que foram escolhidos pelos seus concidadãos são os primeiros a terem, pelos  
251 seus actos e pelos seus comportamentos, o dever de prestigiar e valorizar as  
252 instituições da democracia representativa. Vivemos, internacionalmente, momentos de  
253 excepcional dificuldade, por isso, mais do que nunca, precisamos de pensar com  
254 serenidade e lucidez sobre o presente e o futuro de Portugal. Preocupa-me a dívida  
255 pública que atinge níveis históricos no nosso país e os enormes sacrifícios que são  
256 agora pedidos no PECIII. A confiança dos cidadãos é das coisas mais fáceis de se  
257 perder e das mais difíceis de se alcançar ou recuperar. Que ninguém tenha dúvidas  
258 sobre isso. A situação que vivemos é séria, necessita de bom senso e sentido das

## ACTA N.º 09/2010 – Reunião de 05 de Outubro de 2010

259 responsabilidades políticas e aconselha coragem nas medidas e um compromisso inter-  
260 partidário para vencer uma conjuntura adversa. O país hoje compreende com clareza a  
261 situação em que nos encontramos e os sacrifícios que temos de encarar. Sabemos que  
262 nos últimos anos é patente um crescendo do pessimismo entre nós. As medidas de  
263 consolidação orçamental e de reforma administrativa, que atingem todos os  
264 portugueses, têm acentuado esse pessimismo. Chegamos hoje ao centenário da nossa  
265 república, chegamos hoje também a um momento crucial para reflectir na sua  
266 importância nas circunstâncias nacionais e internacionais em que nos encontramos.  
267 Confrontamo-nos com circunstâncias excepcionais, que exigem medidas corajosas.  
268 Mas é também nestes momentos, quando os governos se confrontam com a  
269 necessidade de agir de forma rápida sobre uma realidade que carece de mudanças  
270 profundas, que os cidadãos exigem que os governantes estejam reforçadamente  
271 vigilantes e atentos aos valores que norteiam essas políticas, salvaguardando os  
272 princípios fundadores de uma visão humanista e solidária de justiça e de equidade  
273 social. Servir a República não é apenas uma responsabilidade e um dever dos eleitos.  
274 A República necessita do envolvimento dos cidadãos na discussão e na participação  
275 cívica na comunidade nacional. A República deve ser verdadeiramente a “res publica”,  
276 um regime de cidadãos interessados na vida colectiva do seu país e confiantes na ética  
277 republicana das instituições do Estado e dos seus titulares. A República tem de  
278 assentar numa cidadania forte. Ou seja: tem de fortalecer-se em cidadãos e cidadãos  
279 informados das opções possíveis e intervenientes nas decisões que determinam o  
280 nosso futuro colectivo. Os cidadãos são o garante da democracia. Por isso, a sua  
281 mobilização e empenhamento cívico, a todos os níveis, são decisivos a uma República  
282 moderna. E isso é um dos mais nobres deveres que impendem sobre aqueles que têm  
283 responsabilidades políticas. Cumprir esse dever é combater o divórcio – que temos que  
284 reconhecer que existe – entre eleitores e eleitos. É dar vida aos valores republicanos  
285 naquilo que eles têm de mais nobre. É em nome desse futuro que hoje comemoramos a  
286 república. Viva a República, viva Portugal.”-----  
287 -----Usou da palavra a senhora D. M.<sup>a</sup> Los Angeles Oliveira (CDU) dizendo que:  
288 “hoje não iremos abordar o peso das ideias republicanas no nosso Município, a sua  
289 relação directa com a criação do mesmo nem os episódios que marcaram a vivência  
290 dos bombarralenses nos dias anteriores e posteriores ao da implantação da República.  
291 Alguma desta temática já foi por nós abordada aquando do último aniversário do  
292 concelho e por estarmos certos que o comissário destas comemorações não deixaria  
293 de o fazer com todo o cuidado, como já pudemos ouvir. Ao comemorarmos os 100 anos  
294 da Implantação da República em Portugal, o principal exercício que iremos executar  
295 será o da reflexão das causas que estiveram na sua génese, o que se esperava dela,  
296 levando à letra a virtude republicana do serviço do bem comum e da coisa pública e as  
297 suas principais realizações. A queda da monarquia constitucional foi acelerada por um  
298 conjunto de factores que a fragilizou, desde a questão do mapa cor-de-rosa, o ultimato  
299 inglês, a crise económico financeira de 1891-92, o governo ditatorial de João Franco e  
300 os sucessivos adiantamentos de dinheiro à casa real, num país com uma estrutura  
301 produtiva arcaica em que os esforços de modernização tinham tido pouco resultados

## ACTA N.º 09/2010 – Reunião de 05 de Outubro de 2010

302 mas tinham levado a um forte endividamento, que não conseguiu ser resolvido nem  
303 com o crescimento da carga fiscal. Era bom que este exemplo fosse tido em conta nos  
304 tempos presentes. A monarquia constitucional estava desacreditada e o regicídio pôs a  
305 nu as fragilidades de D. Manuel II como timoneiro da mudança que se impunha, daí que  
306 não tenha sido necessário executar um alto plano militar para fazer o regime cair.  
307 Podemos dizer que o exército enquanto altas patentes se auto excluiu do 5 de Outubro.  
308 A sua acção foi a típica da época, ou seja envolviam-se em conspiratas,  
309 comprometiam-se e à última hora recuavam, a ver para que lados tombavam as coisas,  
310 daí que Machado Santos tenha ficado sozinho na rotunda à frente de um conjunto de  
311 soldados, marinheiros e populares arregimentados pela Carbonária, pelo Partido  
312 Republicano e por muitos operários anarquistas e socialistas que constituíram uma boa  
313 parte da “artilharia civil” que defrontou a guarda municipal, atraídos pela real  
314 possibilidade de mudança que permitiria melhorar substancialmente a vida dos  
315 trabalhadores portugueses. A república instaurada em 1910 foi uma república burguesa  
316 e não a república popular defendida por Machado Santos ou Sampaio Bruno, daí que o  
317 1.º se tenha constituído como uma reserva moral do regime que implantou  
318 contrariamente aos líderes do Partido republicano que não deram de facto o corpo ao  
319 manifesto na rua à frente do movimento. Machado Santos aparecerá até ao seu  
320 assassinato associado aos opositores do Partido Republicano original e seus  
321 dissidentes e será sempre contra poder (exceptuando o início da governação de Sidónio  
322 pais) porque quanto a ele a república ideal era muito diferente da real e esta não  
323 caminhou no sentido da concretização dos ideais originários. A participação popular no  
324 movimento revolucionário assustou os monárquicos e as forças mais conservadoras  
325 republicanas, temendo que os anarco-sindicalistas, a corrente mais organizada dos  
326 trabalhadores portugueses na época, chegassem ao poder, pois no interior do país  
327 houve gente simples a alcançar posições de destaque. Temiam aquilo que chamavam  
328 do governo dos medíocres, a República dos Sapateiros, em que o povo é visto como  
329 ignorante que ao lhes ser dado poder será o demolidor da sociedade. Mas cedo as  
330 esperanças operárias se desfizeram, bastando a publicação da lei da greve de 6 de  
331 Dezembro de 1910, alcunhada pelos sindicalistas por “o decreto burla”. O que foi  
332 reconhecido foi o direito de associação profissional para efeitos de cessação  
333 organizada do trabalho e a própria Constituição de 1911 não vai prever expressamente  
334 o direito á greve. As relações entre os governos republicanos e o movimento sindical  
335 acabou por se centrar no confronto e repressão, como são exemplo a repressão dos  
336 conserveiros de Setúbal e da greve do movimento de solidariedade de Abril de 1911,  
337 das greves rurais de Évora em 1912 que acabaram com dezenas de prisões e o fecho  
338 da Casa Sindical e da greve geral de Janeiro de 1912 que culminou com uma  
339 intervenção militar que levou mais de 500 populares para a deportação e para a prisão  
340 do forte de Sacavém, para a Penitenciária e para o Limoeiro, episódio evocado por  
341 Alves Redol no seu livro “Os reingros”. A repressão não dissolveu o movimento  
342 sindical, pelo contrário, foi essencial para a consciencialização da necessidade  
343 organizativa do movimento operário pelo que as lutas reivindicativas marcaram toda a  
344 República recrudescendo com a entrada de Portugal na Grande Guerra visto que esse



## ACTA N.º 09/2010 – Reunião de 05 de Outubro de 2010

345 facto veio a agravar as condições de vida da população que passou a viver com a falta  
346 generalizada de víveres paredes meias com os açambarcadores e o mercado negro. A  
347 violência que marcou esta época foi a consequência da miséria que assolava o povo,  
348 que reagia à falta e à carestia do pão. Afonso Costa irá dissolver nesta altura a União  
349 dos Sindicatos de Lisboa e das federações Metalúrgicas e da Construção Civil, visto  
350 serem as mais combativas. E se no início o governo de Sidónio Pais, pela sua marca  
351 anti-afonsista contou com apoio operário, em 1918 o divórcio entre o poder e o  
352 operariado foi de novo evidente. A única excepção poderá ser apontada ao governo de  
353 3 meses de José Domingues dos Santos em 1925 que contou com o apoio expresso da  
354 CGT. Conclui-se que ao entrar em rota de colisão com o movimento operário e sindical,  
355 a República cedo alienou o apoio popular indispensável para consolidar o regime  
356 democrático e enfrentar a reacção monárquica e ultra conservadora, que, depois de  
357 várias tentativas, sempre frustradas pela decisiva mobilização das massas populares,  
358 acabou por impor uma ditadura militar, 16 anos apenas após o triunfo da revolução. A  
359 revolução republicana portuguesa não nasceu do zero no dia 5 de Outubro de 1910,  
360 isto porque a matriz em que assentou vinha da revolução liberal portuguesa de 1820 e  
361 1834. O que apareceu de novo foi a democratização do principio da soberania da nação  
362 e é bom que se entenda que em Portugal falamos em soberania da nação e não em  
363 soberania popular como aconteceu no caso norte-americano. Pode-se dizer que nem a  
364 estrutura económico-social nem a ideologia fundamental (o liberalismo económico e  
365 político) mudaram da Monarquia para a República com excepções na área cultural,  
366 educativa e religiosa. Estas serão sem dúvida as áreas onde a acção legislativa  
367 republicana foi mais profícua. A laicização do Estado era fundamental para a senda do  
368 progresso e aqui foram outras as forças que se opuseram à República. A lei da  
369 separação da Igreja e do Estado, a proibição e expulsão das ordens religiosas, a  
370 proibição do ensino religioso, a criação do registo civil obrigatório e a lei do divórcio irão  
371 trazer à República a sua maior e mais poderosa inimiga: a Igreja Católica. A laicização  
372 dá combate ao poder terreno e económico da Igreja, opositora da modernidade liberal,  
373 não sendo uma manifestação de ateísmo. A própria influência maçónica deista é  
374 anticlerical mas não anti-religiosa. A laicidade foi o fundamento da democratização.  
375 Quanto ao ensino, este deverá ser por natureza laico, pois a escola é a igreja cívica do  
376 povo e o professor o pastor do civismo que tem como função formar o cidadão. Esta foi  
377 a divisa da República na educação, assentando na premissa do ensino público  
378 obrigatório, gratuito e laico que se consubstanciou na implementação da escolaridade  
379 para todas as crianças dos 7 aos 12 anos, com métodos de ensino e programas  
380 modernos, não por defender uma escola contra Deus e sim porque Este é uma questão  
381 metafísica. A promoção do ensino e da instrução foi sem dúvida a acção mais  
382 inovadora da nossa 1.<sup>a</sup> República consciente de que só pela instrução era possível o  
383 verdadeiro exercício do poder democrático. O empenho contra o analfabetismo e a  
384 ignorância em que vivia grande parte da população portuguesa levou a que se  
385 tomassem medidas tendentes à criação de inúmeros cursos livres e populares  
386 ministrados por voluntários e à criação de bibliotecas onde se promoviam sessões  
387 culturais, conferências e se incentivava a tradução de livros. Também no ensino

## ACTA N.º 09/2010 – Reunião de 05 de Outubro de 2010

388 superior, a 1.ª República deixou obra com a fundação das Universidades de Lisboa e do  
389 Porto e com a criação das escolas normais para a formação académica de professores  
390 primários. Cem anos passados, a comemoração da implantação da república dá-se  
391 numa situação particularmente grave no plano nacional e internacional, em que os  
392 trabalhadores e o povo português enfrentam a mais violenta ofensiva contra os seus  
393 direitos e condições de vida desde a revolução de 25 de Abril, (essa sim com uma  
394 matriz verdadeiramente democrática, nacional e profunda) o que é inseparável da  
395 profunda crise, estrutural e sistémica, com que se debate o sistema capitalista que  
396 arrasta consigo o perigo de uma terrível regressão civilizacional. Aqui muito fica por  
397 dizer, mas não será esquecida a reflexão necessária aos nossos dias mais próximos.  
398 Ao evocar esta efeméride, a CDU fá-lo, procurando tirar experiências e ensinamentos  
399 que dêem mais força e confiança à sua luta pela ruptura com as políticas de direita que  
400 têm arruinado o país, por uma política patriótica e de esquerda, em defesa do regime  
401 democrático constitucionalmente instituído, pelo progresso social e pela independência  
402 nacional.”-

403 -----Usou da palavra o senhor Carlos Batista (PS) dizendo que:” A história é  
404 escrita pelos historiadores, sem julgamento nem preconceito. A história deve basear-se  
405 na investigação, análise e compreensão dos factos. Há na História de Portugal  
406 momentos decisivos que marcaram e marcam a vida do nosso povo. Em Portugal, a  
407 implantação da República foi um desses momentos. Mas nenhuma leitura da história  
408 pode ignorar a importância e o significado dos ideais e dos valores republicanos, nem  
409 tão pouco a inspiração que eles ainda hoje representam para as gerações actuais. É  
410 por isso que a comemoração do Centenário da República Portuguesa deve ser, um  
411 grande momento da vida política nacional e local em particular. Esta data deve ser uma  
412 ocasião de festa, mas também um momento de reflexão. A comemoração da República  
413 não pode ignorar um dos desígnios fundamentais do ideário republicano: o  
414 municipalismo, entendido como princípio constitutivo da descentralização  
415 administrativa. A transparência da vida pública deve começar precisamente onde o  
416 poder do Estado se encontra mais próximo dos cidadãos, ou seja, nas autarquias. A  
417 afirmação dos grandes ideais republicanos, com a implantação da República a 5 de  
418 Outubro de 1910, representou uma grande esperança na instauração de um regime  
419 amplamente participado. Recorde-se que os republicanos haviam denunciado vezes  
420 sem conta as fraudes e manobras eleitorais dos partidos monárquicos, atribuindo aos  
421 mesmos o afastamento da maioria da população do exercício da cidadania. Com a  
422 implantação da República estava nas suas mãos alterar o sistema tornando-o mais  
423 democrático. A República foi mais do que uma ruptura constitucional, em direcção a um  
424 regime democrático, em que todos os cargos políticos são temporários e se adquirem  
425 por eleição. Também os bombarralenses à sua medida tiveram um papel importante na  
426 luta pela implementação da República. Antes de 5 de Outubro de 1910 já existia no  
427 Bombarral um grande espírito republicano, como fica comprovado com o surgimento de  
428 uma Comissão Municipal Republicana, presidida por Casimiro da Silva Cairel, tendo  
429 como membros Adriano da Silva Nunes e um grupo de outros grandes republicanos  
430 bombarralenses. Queremos aqui invocar a força inspiradora e reformista do movimento

## ACTA N.º 09/2010 – Reunião de 05 de Outubro de 2010

431 Republicano, que tanta força teve no Bombarral, para prestar especial homenagem aos  
432 que nesta terra, convictamente, se bateram pela República. Lutando, todos eles  
433 triunfaram. Este movimento não aconteceu no Bombarral por acaso. O Bombarral foi  
434 sempre uma terra de liberdade. À sua história estão ligados alguns dos acontecimentos  
435 fundadores da tradição da liberdade. O jornal «A Pátria» de João Monteiro teve um  
436 papel importante na defesa dos ideias republicanos, tendo chegado a ser impresso no  
437 Bombarral. A República foi um movimento profundamente reformista, que significou  
438 uma nova prioridade à escola e ao nobre ideal de educação. Nesta altura surgem  
439 algumas das mais importantes instituições do Bombarral: - Centro Republicano João  
440 Chagas; - Sindicato Agrícola, depois Caixa de Crédito Agrícola; - Associação  
441 Comercial; - Escolas Móveis João de Deus; - Grupo Dramático Teatro Eduardo Braço;  
442 - Santa Casa da Misericórdia; - Matadouro Municipal; - Associação Humanitária dos  
443 Bombeiros Voluntários do Bombarral; - Bandas de Música e Tunas; - Cabine Telefónica  
444 e iluminação eléctrica; Os bombarralenses Dâmaso Pereira e Laurindo Rosado, entre  
445 muitos outros, lutaram na rotunda do Rossio em Lisboa e participaram no assalto ao  
446 Quartel de Infantaria 16 em Lisboa. Ao regressarem foram aclamados na estação da  
447 CP. Queremos saudar essa tradição e dizer que o Bombarral continua a ter a república  
448 como um dos seus grandes baluartes. Disso se orgulham os bombarralenses.  
449 Implantada a República em 5 de Outubro de 2010, era necessário defendê-la da  
450 reacção monárquica e clerical. Perante este perigo eminente constitui-se no Bombarral  
451 um grupo de civis armados para repor a ordem onde fosse necessário. Em 1915,  
452 durante a ditadura do General Pimenta de Castro, defensor da Monarquia, foram  
453 requisitadas tropas do Norte do país, para travar combates em Lisboa. Os republicanos  
454 do Bombarral ao terem conhecimento deste facto dirigiram-se à estação de caminhos-  
455 de-ferro e levantaram os carris para que o comboio não passasse. A nossa história local  
456 não assenta na ilusão, nem no desconhecimento da realidade. Pelo contrário, funda-se  
457 na convicção e na vontade de uma comunidade de gente com *coração*, que em  
458 liberdade, exprime-se e escolhe soberanamente o seu futuro. A prática dos valores  
459 republicanos daqueles que nos antecederam fará de nós uma comunidade mais forte,  
460 com memória do passado, porque uma sociedade sem história, é uma sociedade sem  
461 memória. O Bombarral dos anos 50 era a capital do desenvolvimento regional e uma  
462 referência para todos os concelhos vizinhos. Para citar um pequeno exemplo tínhamos  
463 o melhor Hospital regional do distrito de Leiria, com uma maternidade de primeira linha,  
464 onde acorria gente de todo o lado. Hoje estamos em vias de perder o nosso já  
465 debilitado Centro de Saúde. Num altura em que ainda não havia parques temáticos que  
466 nos eram oferecidos, para ilustrar o grande visionismo dos bombarralensees, consta  
467 das Actas da Associação Comercial, em final dos anos 30, uma proposta ao Governo  
468 da altura, sobre a possibilidade de produção de Etanol para utilização como  
469 combustível. A agricultura (com a produção de vinho, cereiais e batata), o comércio  
470 generalizado e a pequena indústria (serralharia civil, latoaria e afins) prosperavam,  
471 numa comunidade que detinha alguns dos maiores negociantes de vinho e derivados a  
472 nível nacional. Aprender com a história da República é enaltecer os seus heróis. Por  
473 isso torna-se necessário rever os seus valores permanentes: - Dedicção à causa

## ACTA N.º 09/2010 – Reunião de 05 de Outubro de 2010

474 pública; - Progresso ao serviço dos cidadãos; - Patriotismo democrático; - Humanismo  
475 universalista; - Igualdade, laicidade e respeito pelas diferenças; - Reforço dos direitos  
476 dos trabalhadores; - Educação, ciência e cultura como factores de emancipação  
477 pessoal e de desenvolvimento; - Modernidade política, económica, cultural e social. A  
478 3.ª República para além de possuir um sistema partidário que continua a bloquear a  
479 participação dos cidadãos, tem sido marcada por dois pecados capitais da 1ª.  
480 República: - O princípio do «serviço público republicano» foi substituído literalmente  
481 pela tomada de "posse da coisa pública". Alguns políticos entendem agora que o erário  
482 público é algo que lhes pertence, a partir do momento que passam a exercer uma dada  
483 função pública. Neste sentido nem lhes passa pela cabeça prestarem conta dos seus  
484 actos, nem sequer da forma como gerem os bens públicos. - Aproveitam-se dos cargos  
485 públicos no estado, autarquias, empresas públicas ou bancos, para acumularem  
486 privilégios ao pior estilo das repúblicas do Terceiro Mundo. - O princípio da "austeridade  
487 republicana", uma das «virtudes» tão apregoadas dos republicanos, como manifestação  
488 do seu especial respeito pelo bens públicos, converteu-se na 3ª. República em  
489 esbanjamento da coisa pública. Bandos de políticos gerem de forma perdulária os  
490 recursos públicos, numa lógica de «pão e circo», muito ao gosto do Império Romano.  
491 Face a este descalabro e imoralidade, a abstenção tem vindo a aumentar em todos os  
492 actos eleitorais. Não admira. Os cidadãos sentem que o seu voto é inútil para alterar a  
493 bandalheira, desperdício, incompetência e imoralidade que domina o Estado português,  
494 provocando o seu crescente distanciamento da 1ª. República. Factos que revelam a  
495 ausência de um verdadeiro sistema de vigilância e controlo das autarquias,  
496 nomeadamente por parte dos cidadãos. As consequências deste *estado da arte* tornam-  
497 se também nefastas: desordem urbanística, alienação indiscriminada do património  
498 municipal, danos irreparáveis no tecido urbano, ruína do património histórico- cultural,  
499 deixando as gerações futuras mais pobres, em termos sociais, culturais e económicos.  
500 Falta uma verdadeira liderança. Precisámos de uma forte liderança, porque como dizia  
501 Luís de Camões «um rei fraco, faz fraca a forte gente». Comemorar a República é,  
502 antes de mais, servi-la. E serve-se a República cumprindo os seus valores e os seus  
503 ideais. Queremos fazer do Bombarral uma democracia aberta e contemporânea. Serve-  
504 se o Bombarral com abertura à mudança e espírito reformista, fazendo deste concelho  
505 uma vila mais moderna e próspera. É nos momentos difíceis e exigentes, que devermos  
506 saber dar um exemplo de fidelidade aos princípios e firmeza na acção. E, para aqueles  
507 a quem é confiada a suprema honra de representar os bombarralenses, com os pés  
508 bem assentes na terra, liderar uma comunidade com coesão no presente e que tenha  
509 um projecto de futuro. Porque é realmente aqui, no Bombarral e com os  
510 bombarralenses, que reside a nossa força e a razão da nossa emancipação enquanto  
511 concelho. Não perguntem o que o Bombarral pode fazer por vós, mas perguntem o que  
512 podem fazer pelo Bombarral.”-----  
513 -----Usou da palavra o senhor Nuno Bernardino (PSD) dizendo que: “Há  
514 precisamente 100 anos foi proclamada a República. Da varanda do edifício da Câmara  
515 Municipal de Lisboa, José Relvas anunciou que Portugal mudara de regime. Vivia-se  
516 um tempo de esperança. A República representava o sonho de um Portugal melhor e

## ACTA N.º 09/2010 – Reunião de 05 de Outubro de 2010

517 mais justo. Hoje, é também com esperança, com sonho e com ambição que devemos  
518 assinalar o centenário da República. O 5 de Outubro tem de ser uma fonte de  
519 inspiração e de mobilização para todos os Portugueses. Vivemos tempos muito difíceis.  
520 Todos os portugueses sabem-no porque vivem essas dificuldades no dia-a-dia. Portugal  
521 tem registado fracos índices de crescimento económico. Continuamos sem conseguir  
522 inverter a tendência do endividamento externo. O Estado vive de dinheiro emprestado,  
523 as Câmaras vivem de dinheiro emprestado, os empresários vivem de dinheiro  
524 emprestado, as famílias vivem de dinheiro emprestado, os jovens vivem de dinheiro  
525 emprestado. O dinheiro é emprestado por bancos que vivem de dinheiro emprestado.  
526 Represento nesta Assembleia a Junta de Freguesia da terra onde nasci. Na terra onde  
527 nasci há idosos para quem a reforma mal chega para as despesas essenciais. Há  
528 jovens que procuram ansiosamente o primeiro emprego, há mulheres e homens que  
529 perderam os seus postos de trabalho. Há pessoas que trabalham de sol a sol,  
530 literalmente, e muitas vezes não têm dinheiro para comer. É a realidade. Nascem hoje  
531 novas formas de pobreza e exclusão social, e em paralelo, emergem chocantes  
532 disparidades de rendimentos. Na minha Freguesia, mas também um pouco por todo o  
533 Bombarral, a imigração de Leste tem vindo a tornar-se um problema social. Pessoas  
534 saem do seu país de origem em busca de melhores oportunidades na vida, sujeitando-  
535 se muitas vezes, em pleno século XXI, a condições de habitação semelhantes às do  
536 período anterior à Implantação da República. Constatado. Do Pó a Bruxelas, passando  
537 pelo Bombarral e por Lisboa, há ainda muito trabalho por fazer no domínio social da  
538 “Velha Europa”. Minhas senhoras e meus senhores Este é o tempo de lutarmos pela  
539 *Res Publica*. Este é o tempo em que aqueles que servem as instituições da República  
540 devem fazer prova real do seu valor e da sua visão de futuro. Os tempos são difíceis,  
541 mas a vontade e o querer dos bombarralenses terão de ser mais fortes. Há 100 anos,  
542 quando proclamada a República, renasceram as esperanças dos bombarralenses que  
543 durante muitos anos antes aspiravam elevar a sua terra a sede de concelho. Daqui a  
544 quatro anos celebraremos o centenário da criação do nosso Bombarral. Mas que  
545 Bombarral teremos daqui a quatro anos? Meus senhores e minhas senhoras. O  
546 Bombarral pode ser aquilo que nós quisermos. Temos capacidade para isso.  
547 Desempenho funções autárquicas nesta casa há pouco tempo, contudo já verifiquei que  
548 quer nas Juntas, quer no Executivo camarário, quer nas bancadas das forças políticas  
549 representadas nesta Assembleia existem valores que importa unir. Para juntos  
550 construirmos o Bombarral que queremos. É verdade que no Bombarral há falta de  
551 indústria e investimento externo. É verdade que no Bombarral o comércio local enfrenta  
552 dificuldades. É verdade que no Bombarral o Centro de Saúde funciona sem horários  
553 adequados. É igualmente verdade que o Bombarral é ainda pouco atractivo para a  
554 sedimentação dos jovens. É também verdade que o Bombarral confere a Portugal peso  
555 demográfico, actividade cultural e desportiva e dinamismo económico. A agricultura é,  
556 sabemos, a actividade económica dominante. Elevada é a qualidade da Pêra Rocha e  
557 dos vinhos aqui produzidos. E permitam-me senhores que diga que é no Concelho do  
558 Bombarral, na freguesia do Pó, que se faz cerca de 80% da produção da nacional de  
559 bacelos e enxertos-prontos de qualidade certificada. Estes resultados de sucesso,

## ACTA N.º 09/2010 – Reunião de 05 de Outubro de 2010

560 verifico no dia-a-dia, se devem a muito esforço pessoal mas define acima de tudo uma  
561 vontade colectiva. A união de esforços. A este propósito recordo as palavras do  
562 primeiro Presidente da República, Manuel de Arriaga, no balanço que fez do seu  
563 mandato e dos objectivos que o nortearam: “A nossa aspiração foi sempre reunir a  
564 família portuguesa, sem distinção de confissões, de seitas e de partidos, em volta da  
565 pátria”. É com este espírito de união que o Centenário da República deve ser  
566 assinalado aqui hoje nesta assembleia mas também por outras instituições da  
567 sociedade civil. Acredito numa República melhor porque acredito no nosso povo.  
568 Acredito num Bombarral melhor e orgulho-me de também representar os  
569 bombarralenses nesta assembleia.”-----  
570 -----Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara dizendo que: “Hoje, 5 de  
571 Outubro de 1910, às 11 horas da manhã, foi proclamada a República em Portugal na  
572 Sala Nobre do Município de Lisboa, depois de ter terminado o movimento da revolução  
573 nacional. Constituiu-se imediatamente o Governo Provisório sob a Presidência do Dr.  
574 Teófilo Braga” Foi assim que abriu o Diário do Governo, na sua edição de 6 de Outubro  
575 de 1910. No preciso momento em que comemoramos o centenário da implantação da  
576 República, permitam-me que saude todos os bombarralenses que comungam dos  
577 ideais republicanos, bem como os descendentes daqueles heróicos homens que  
578 lutaram pelo regime instituído em 5 de Outubro de 1910, a partir daqui do Bombarral. A  
579 propósito destas comemorações, o nosso Município tem vindo, ao longo deste ano de  
580 2010, a realizar inúmeras iniciativas de índole marcadamente cultural e histórica  
581 centrada na época. O sucesso dos eventos até agora realizados deve-se ao forte  
582 empenho da Comissão proposta pela senhora vice-presidente da Câmara e da qual  
583 fazem parte nomes como Dóris Joana Santos, José Pedro Camacho Vieira, Fátima  
584 Pinheiro, Paulo Patrício e alguns trabalhadores desta Câmara Municipal, superiormente  
585 orientados pelo Comissário das Comemorações, Cândido Manuel Patuleia Mendes.  
586 Muitas foram as entidades envolvidas nestas comemorações: Juntas de Freguesia do  
587 concelho; Agrupamento de Escolas Fernão Pó; Grupo de Teatro Amador “Os  
588 Lendários”, a quem quero dirigir um agradecimento muito especial pela forte  
589 colaboração prestada ao longo de todas as comemorações; Clube Recreativo  
590 Delgadense; Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Bombarral; Circulo  
591 de Cultura Musical Bombarralense; Sociedade Filarmónica Carvalhense; Associação  
592 Recreativa e Desportiva dos Baraçais; Comissão de Melhoramentos da Columbeira;  
593 Sport Clube Escolar Bombarralense; União Cultural e Recreativa do Bombarral; Grupo  
594 Serenata de Coimbra; Teatro dos estudantes da Universidade de Coimbra; D. Manuel  
595 Clemente, Bispo do Porto; A todos o nosso profundo agradecimento. Implantada em  
596 1910, a I República portuguesa foi o culminar de um longo processo do qual não  
597 poderemos dissociar um conjunto de bombarralenses que contribuiu para uma  
598 inevitável revolução contra uma Monarquia isolada que conduziu o país a uma situação  
599 económica e socialmente debilitada. Um século depois, compete-nos não perder a  
600 consciência de que atravessamos hoje uma autêntica recaída que configura um período  
601 extremamente difícil e a exigir de todos nós, cidadãos e autarcas, muito trabalho e  
602 sacrifício. Será um percurso árduo e mais ou menos prolongado no tempo, mas estou

## ACTA N.º 09/2010 – Reunião de 05 de Outubro de 2010

603 certo que se continuarmos a usar as nossas principais características, tais como o  
604 empenho, a dedicação, a criatividade e o dinamismo, depressa atingiremos a desejada  
605 consolidação dos nossos valores patrimoniais, económicos e sócio - culturais. Estou  
606 certo que saberemos contornar os obstáculos e vencer as dificuldades com que nos  
607 estamos incontornavelmente a deparar. Vêm aí anos que vão exigir muito de nós, por  
608 isso, só com união de esforços conseguiremos ultrapassar as contrariedades trazidas  
609 por uma profunda crise. Termino apresentando uma justa homenagem e o meu  
610 profundo agradecimento a todos os que lutaram e lutam incansavelmente pela  
611 transformação positiva deste concelho, dando o seu contributo para ultrapassar os  
612 problemas que nos afectam. Um agradecimento também, aos autarcas do nosso  
613 concelho que fizeram as várias épocas da nossa história, aos deputados que  
614 representam a nossa população, à Câmara, a todos reitero a minha homenagem,  
615 sobretudo aqueles que de forma dedicada e com elevado sentido de dever cívico,  
616 sempre se dispuseram a servir, com honra e responsabilidade este Concelho, não  
617 podendo deixar de referir de forma muito especial os autarcas das nossas cinco  
618 freguesias a quem, por intermédio dos actuais senhores presidentes, deixo o meu  
619 testemunho de gratidão e consideração pelo trabalho sério que prestam à população.  
620 Para cumprirmos com os ideais republicanos conquistados no 5 de Outubro de há cem  
621 anos, contamos com todos! O Bombarral conta connosco! Viva a Republica! Viva  
622 Portugal! Viva o concelho do Bombarral!”-----  
623 -----Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo que:  
624 “Um século de República para além de nos fazer comemorar 100 anos de um regime  
625 político que substituiu a Monarquia em Portugal, deverá servir também para fazermos o  
626 balanço de um tempo em que alguns valores, como o da Democracia, da Liberdade, da  
627 Igualdade e da fraternidade estão ou não a serem conseguidos. E todos juntos a  
628 contribuirão irremediavelmente para uma melhor satisfação das necessidades  
629 colectivas dos cidadãos. Até porque a República foi uma necessidade para satisfazer  
630 mais e melhor os problemas e as expectativas das pessoas. Necessidade que deu  
631 origem a esta mudança. Este centenário deveria servir para estruturar o que na  
632 realidade está menos bem. O concelho do Bombarral é sem dúvida um produto da  
633 República. Muitos republicanos bombarralenses tiveram intervenção e trabalho política  
634 fundamental no nosso concelho e com influência fora do nosso concelho. Neste dia  
635 devemos com todo o mérito reconhecer e agradecer a estes homens e a estas  
636 mulheres que nos deram este dia e também a criação do nosso concelho. O nosso  
637 obrigado a todos eles. Neste dia também podemos e devemos fazer uma reflexão sobre  
638 o presente e o futuro do nosso concelho. E chegamos rapidamente à conclusão de que  
639 é urgente agir rapidamente. Agir rapidamente é tomar medidas profundas na instituição  
640 que governa o nosso concelho que é a Câmara Municipal do Bombarral, e  
641 concretamente ao nível do seu orçamento e plano de actividades. Só depois de  
642 estancar a crise devemos com urgência elaborar um plano estratégico para o concelho  
643 do Bombarral interligado com a região Oeste em que nos inserimos e nesse plano  
644 deverá estar definido qual o caminho e futuro do nosso concelho. Meus senhores e  
645 minhas senhoras. Tempos duros exigem determinação e as dificuldades exigem

## ACTA N.º 09/2010 – Reunião de 05 de Outubro de 2010

646 responsabilidade de todas as forças políticas. O próximo orçamento deverá sem  
647 equívocos mostrar o momento de viragem para o futuro do concelho. Há que tomar  
648 medidas firmes e corajosas no próximo orçamento, havendo necessidade de um corte  
649 real das despesas sejam elas primárias ou secundárias, e um aumento real nas  
650 receitas. O orçamento deverá prever a receita real. Todas as forças políticas sabem que  
651 existem soluções. Devemos nesta data importante apontar caminhos firmes para o  
652 futuro. Os discursos com conteúdos simpáticos e vazios de soluções estão esgotados.  
653 As populações esperam muito mais. Nesta batalha ou se vence ou se perde, não há  
654 espaços para empates. Ninguém diga que estes meus contributos são contra alguém,  
655 são sim uma preocupação pela situação que se vive no concelho do Bombarral,  
656 apelando à responsabilidade política local para que haja compromissos políticos firmes  
657 e sérios. Devemos estar à altura da confiança que o povo nos confiou. Temos que nos  
658 empenhar mais e ser mais responsáveis. Está colocada à prova a vontade de vencer. É  
659 nestes maus momentos que os políticos mostram a sua coragem e vontade em tomar  
660 medidas. É nestas horas que os políticos provam as suas competências. Não devemos  
661 recorrer ao negativismo exagerado e inconsequente. Devemos renovar os ideais e os  
662 compromissos com a República, não só na teoria mas principalmente na prática. Eu  
663 acredito no futuro do Bombarral. Viva o Bombarral, via Portugal.”-----

664  
665 -----Nada mais havendo a tratar, pelas 19:15 horas, foi a reunião encerrada e  
666 lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, será assinada pela  
667 Presidente da Mesa e pelos dois Secretários.-----

668  
669 O Presidente:

670

671 O 1.º Secretário:

672

673 O 2.º Secretário:

674